

Crescimento não afeta importações

por Cláudia Safatle
de Brasília

A economia brasileira pode atravessar 1986 com relativa tranquilidade no "front" externo, se o governo conseguir somente prorrogar as linhas de curto prazo junto aos bancos credores internacionais, que vencem dia 17 de janeiro. Internamente, porém, não se delineia um cenário tão calmo. Há problemas, e sérios, se o País não conseguir renegociar a dívida externa brasileira de forma a reduzir o nível de transferências para o exterior, que neste ano atingem a 5% do Produto Interno Bruto (PIB), dimensionado em US\$ 214,2 bilhões, ou seja US\$ 10,7 bilhões.

E nesse aspecto, de necessidade de redução das transferências para o exterior, que os economistas do governo têm assinalado a importância de uma renegociação da dívida externa que se traduz em dinheiro novo para o País ou limite o pagamento de juros, que em 1986, conforme estimativas oficiais, consumirá US\$ 10,1 bilhões, supondo que a Líbor se situe na faixa de 9,15%. Na reunião do Grupo de Cartagena, nos dias 15 e 16 próximos, em Montevidéu (Uruguai) é esperado que saia uma posição mais concreta dos países devedores a respeito das transferências de recursos.

O raciocínio de técnicos do governo é que, para fazer frente a essas transferências, o Estado acabe apropriando-se das poupanças internas do País, comprando através da emissão de moeda, de títulos da dívida pública ou do aumento de impostos, o su-

perávit da balança comercial, que para o ano que vem está estimado em US\$ 12,5 bilhões.

As implicações macroeconómicas dessa operação são o aumento da dívida interna, com pressão sobre as taxas de juros, que inibe os investimentos e, consequentemente, compromete o crescimento da economia. Toda a estratégia do crescimento, no ano que vem, está apoiada na retomada dos investimentos e, tecnicamente, isso só seria possível com diminuição da saída de recursos da economia brasileira para o exterior, e o caminho tido como mais natural para frear esse processo é a capitalização parcial dos juros.

Portanto, segundo técnicos do governo, não interessa ao País apenas a prorrogação das linhas interbancária e comercial. O governo deseja renegociar os serviços e o principal, não mais num contexto plurianual de até dezesseis anos, como foi tratado no passado, mas por dois anos ou um pouco mais.

O presidente do Banco Central, Fernão Bracher, em conversa ontem com o comitê de bancos credores, expôs a posição do governo brasileiro, de estar aberto à negociação, embora sem a formalização de um acordo com o Fundo Monetário Internacional. Bracher está, também, sondando a

possibilidade de obter "spreads" menores sobre o estoque da dívida externa. Como lembrou uma fonte do Ministério da Fazenda, se os bancos concordarem em reduzir 1 ponto percentual na taxa de risco, isso

representaria uma economia de US\$ 700 milhões na

conta de serviços da dívida. Quantia quase suficiente para importar alimentos em 1986.

Indo um pouco além, os técnicos oficiais temem ainda que, sem investimentos novos que aumentem a capacidade de produção instalada no País e tendo, de outro lado, elevação real de salários, o resultado final é inflação de demanda. É nessa ótica que a situação atual das contas externas brasileiras adicionam mais lenha na fogueira da inflação.

O crescimento econômico de 7% no próximo ano não deverá pressionar as importações, cuja estima-

tiva de US\$ 13,8 bilhões deixa uma margem de US\$ 9 bilhões para atender às compras de insumos e bens de capital necessários para tocar a economia internamente. As exportações, calculadas em US\$ 26,3 bilhões, porém, podem ficar comprometidas pela demanda interna, situação que enfrenta hoje a indústria automobilística, por exemplo. Não estão contabilizadas, ainda, na conta comercial a queda nas exportações de grãos (pela quebra das safras) e a importação de alimentos para abastecimento interno.

Pelos dados do balanço de pagamentos estimado

para o ano que vem, o déficit em conta corrente encerraria em US\$ 500 milhões (considerando em US\$ 100 milhões o item "transferências unilate-

rais"). Considerando que no ano que vem o País não receberá dinheiro novo dos bancos credores privados, o volume de financiamento previsto (entre organismos multilaterais, buyers-supplyers credit) é de US\$ 2,5 bilhões. Como o Brasil deve financiar uns US\$ 200 milhões de importações de outros países, essa conta cai para US\$ 2,3 bilhões, cifra que coincide com a conta de amortizações prevista para o ano que vem. O País rola as amortizações junto aos bancos privados, mas paga pontualmente as relativas a organismos internacionais.

"SPREADS"

Segundo dados oficiais, ao não assinar o pacote plurianual de renegociação da dívida externa, o País não se beneficiou da redução de "spreads" sobre os contratos que venciam, deixando de economizar US\$ 60 milhões. Por outro lado, não assinando o pacote anterior, o governo se esquivou de pagar US\$ 250 milhões de amortização do principal da dívida (down-payment). Agora, o governo quer a redução de "spreads" sobre o estoque da dívida e não pensa em começar a pagar o principal.